



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012.

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência e andamento de investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Pedro Novais do Ministério do Turismo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, as informações abaixo elencadas, sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos para apurar os fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Pedro Novais do Ministério do Turismo.

1. Que procedimentos administrativos foram abertos, indicando o respectivo número e o resultado do processo ou a indicação da fase em que se encontra, para apurar as denúncias veiculadas principalmente pela Revista Época, de 09/08/2011, sobre o então Ministro do Turismo especialmente com relação às denúncias de irregularidades no convênio celebrado entre o ministério e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi), reportagem feita pela Revista Época, que culminou com a prisão de servidores em Macapá, São Paulo e Brasília, pela Polícia Federal.
2. Que providências administrativas foram efetivamente tomadas para evitar a repetição do esquema de corrupção montado e para buscar eventual devolução dos valores desviados.
3. Que medidas foram adotadas para ampliar a transparência e aperfeiçoar os mecanismos de controle, objetivando evitar a repetição dos atos de corrupção.
4. Algum dos envolvidos nas denúncias ocupa atualmente algum cargo público, seja na administração direta ou na indireta? Em caso afirmativo, qual o cargo ou função ocupada em qual órgão ou empresa?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com reportagem feita pela Revista Época, o Senhor Pedro Novais foi envolvido em diversas irregularidades, incluindo a que envolve o convênio celebrado entre o ministério e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi), que culminou com a prisão de servidores em Macapá, São Paulo e Brasília, pela Polícia Federal.

Conforme matéria publicada na Época Online de 09 de agosto de 2011, “O esquema de desvio de recursos do Ministério do Turismo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Polícia Federal (PF) pode ter causado um prejuízo aos cofres públicos de cerca de R\$ 4 milhões. O esquema envolve, segundo o MPF e a PF, até mesmo o número dois do ministério, o secretário-executivo Frederico Silva da Costa. Costa foi uma das 38 pessoas presas pela Operação Voucher da PF, deflagrada nesta terça-feira (9)”.

Na mesma matéria, Época Online cita ainda que “De acordo com a PF, além de o convênio ter sido realizado sem licitação, o Ibrasi não teria condições técnico-operacionais para executar o serviço previsto. Além disso, entre outras irregularidades, há indícios de que o ministério não tenha fiscalizado – ou o tenha feito de forma insatisfatória – a execução do convênio, de que documentos comprovando as despesas tenham sido fraudados e que o pagamento pelo convênio tenha sido antecipado desnecessariamente”.

Tais denúncias levaram ao afastamento do então Ministro, Senhor Pedro Novais.

Diante de todo o exposto, gostaríamos de salientar que não basta a perda de quaisquer cargos, mas faz-se necessária a apuração de todo o ocorrido, a persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes.

Não é moralmente aceitável que apenas se perca uma posição nos quadros governamentais em retribuição por desvio de verbas públicas. Portanto, a sociedade espera a apuração de todos os fatos e, em se constatando a ocorrência de ilícito, a consequente punição dos agentes envolvidos.

Nosso país não pode mais ficar apenas assistindo a denúncias sem fim sobre corrupção sem ser dada à população convincente explicação sobre o ocorrido, bem como sendo exemplarmente punidos os envolvidos. De tal maneira, aguardamos, pois, o atendimento aos nossos questionamentos.

Sala das Sessões, em de abril de 2012.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado **ANTONIO CARLOS MENDES THAME**
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados
PSDB-SP